

Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia?

Moisés Domingos Sobrinho¹

A rede federal de educação profissional e tecnológica mergulhou num debate bastante acalorado, depois que o ministro Fernando Haddad editou o decreto No 6.095, de 24/04/07, que propõe a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Considerando que a criação dessas novas entidades tem implicações sociais, culturais, políticas, pedagógica e outras, vamos aqui apresentar algumas considerações iniciais sobre essa temática, posto que pretendemos desenvolver nossas idéias, de modo mais aprofundado, em texto futuro.

1. Do contexto da edição do decreto

Tendo em vista que o decreto foi editado sem prévio debate com a rede federal, esse fato suscitou, como seria de esperar, uma babel de reações semânticas, ideológicas, políticas e outras, típica dos processos de construção psicossocial, quando uma novidade se insere em determinado universo simbólico. Ora, antes do decreto, a discussão que vinha se desenrolando, em alguns espaços da rede, dizia respeito à transformação de alguns Cefets em Universidade Tecnológica. Por essa razão, a figura do Instituto passou a se constituir, do ponto de vista representacional, numa estranha novidade. Se a representação social (o sentido coletivo) da instituição universitária e a configuração jurídica da mesma são sentidos “palpáveis” para a sociedade e a rede, em particular, porque produtos de uma construção histórica, o sentido social do Instituto inexistente e a sua configuração jurídica é algo por construir. Daí a sensação de “estranhamento” presente ainda hoje em muitas discussões sobre o assunto, pois, do ponto de vista perceptivo, representacional o desconhecido sempre assusta, como bem demonstrou o psicólogo social Serge Moscovici (1967), na sua obra fundadora da teoria das representações sociais.

Não possuindo familiaridade com o objeto representado, no caso o Instituto, os diferentes grupos sociais que compõem a rede não tiveram alternativa senão atribuir sentido ao desconhecido, lançando mão de elementos de sua memória e de outros referentes culturais

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Católica de Louvain – Bélgica, prof. do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, diretor de Desenvolvimento e Programas Especiais da SETEC/MEC.

ligados a sua história e identidade social. Por essa razão, várias e diversificadas foram as reações à proposta do ministro. Umas, demonstraram completa incompreensão do que se estava propondo; outras manifestaram receio, mas exibiram certa simpatia pela idéia; outras ainda vislumbraram, de imediato, alguma trama do capital internacional e a volta do autoritarismo dos “anos de chumbo”. Esse quadro, todavia, se modificou e continua a se modificar em função do diálogo solicitado pelos representantes da rede e, ao mesmo tempo, estimulado pelo próprio ministro que sempre esteve receptivo às diferentes manifestações, enviando, inclusive, representantes seus para aprofundar a discussão nos vários fóruns realizados pelo país.

O decreto e a postura do ministro, no nosso entender, são reveladores da dinâmica e das contradições dialéticas em que se movimenta a democracia brasileira. Por um lado, temos o decreto cuja carga simbólica permite fazer associações imediatas com o recente passado autoritário; por outro, temos o ministro com uma postura aberta, respeitando as pressões e demandas advindas da rede, em consonância com o que se espera de um representante de um governo que vem se revelando como o mais autêntico fiador da consolidação democrática. Esta constatação é extensiva a muitos outros fatos cotidianos dos quais somente se consegue perceber a velha forma e não a contradição e dinâmica que estão na base de sustentação das tendências da construção democrática no país.

2. Da dimensão identitária que perpassa o atual debate

Com relação a este aspecto, partimos da formulação de uma hipótese que nos estimulou a organizar, enquanto diretor da Setec, alguns debates no interior da rede e a escrever um texto para um Simpósio organizado pelo Inep, em 2005, qual seja: A criação da Universidade Tecnológica do Paraná foi o momento em que ganharam maior visibilidade as ações e tramas do processo, ainda em curso, de redefinição identitária do professorado da rede federal e de suas instituições. Trecho da intervenção feita no simpósio Universidade e Mundo do Trabalho (INEP, 2005, P. 278) serve para ilustrar essa hipótese:

Os representantes da primeira universidade tecnológica do país (...) fizeram aqui seus relatos, sobre a origem dessa instituição, que são extremamente ricos em evidências das dinâmicas simbólicas que estiveram na base de sua criação. Ressaltaram que não foi fácil falar (e continua não sendo) de uma universidade voltada essencialmente para o mundo do trabalho, para o desenvolvimento tecnológico, se já existe a universidade

clássica. Ressaltaram, também, que o investimento na pós-graduação, na elevada qualificação dos professores, acabou restringindo o espaço de atuação dos novos mestres e doutores. Foi dito aqui, literalmente, que, quando se voltava do doutorado, o espaço do departamento “ficava muito pequeno pra gente”; que a criação da universidade tecnológica impôs-se tanto através da pressão vinda de fora da sociedade, que demandava novos e complexos serviços, quanto da que vinha de dentro do Cefet, dadas as novas necessidades e percepções do espaço de trabalho.

O debate que se seguiu à criação da UTPR, inclusive com alguns Cefets já montando seus projetos para encaminhar à Câmara Federal (temos certeza do caso do Cefet Minas), visando à criação de novas UT fortalecem nossa hipótese e ajuda-nos a entender que esse movimento é decorrente, de um lado, da demanda de tecnologia advinda do setor produtivo e, de outro lado, da crescente qualificação do corpo docente, intensificada pela busca da obtenção de títulos de mestre e doutor.

Sem maior desenvolvimento deste argumento, o que será feito, como já dito, em texto posterior, acrescentamos que essa busca por qualificação, embora tenha para os indivíduos uma motivação concreta imediata (salário, melhorias de condições de vida, única perspectiva de ascensão profissional, dentre outras), é entendida, na perspectiva teórica aqui adotada, em articulação sistêmica e dinâmica com as mudanças que vêm ocorrendo há décadas no campo científico nacional. Mudanças em parte induzidas pelo Estado, através de suas agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação.

Com essas considerações queremos sublinhar que as decisões sobre os Institutos precisam levar em conta que estamos diante de um fenômeno social envolvendo a história das instituições, a trajetória social dos seus agentes, as particularidades regionais e locais, os condicionantes econômicos e as estratégias políticas que orientam as mudanças propostas.

3. Universidade ou Instituto?

O debate atual sobre a mudança do estatuto jurídico das instituições da rede, como ressaltamos acima, deve ser tomado em sua complexidade, pois as raízes dessa discussão remontam ao período em que as Escolas Técnicas Federais foram progressivamente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica, processo iniciado com a Lei n. 6.545/78, que criou os Cefets Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e aprofundado no bojo das reformas da EPT ocorridas durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso

(1995-2002). A partir de então, as instituições da rede foram autorizadas a ofertar, além do curso técnico, a graduação em Engenharia Industrial, os cursos de tecnólogos e licenciaturas voltadas para a formação de professores do ensino técnico e dos cursos de tecnólogos, a pós-graduação *lato sensu* e, com o passar do tempo, a pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado).

O pesquisador e professor da rede Lima Filho (2006, p. 29) ressalta que, embora essas mudanças tenham sido implementadas “com força impositiva legal”, na prática sua concretização teve que obedecer às particularidades de cada instituição, portanto, às formas e ritmos específicos. Esse autor apresenta também o que considera os principais efeitos dessa reforma: a) abandono do percurso histórico com a regressão da experiência de educação profissional técnica integrada ao ensino médio, resultando na implementação de formas de articulação concomitante ou subsequente; b) introdução de mudanças institucionais repentinas e hierarquizadas, criando obstáculos à participação democrática tanto dos agentes da rede quanto da sociedade civil; c) quase abandono do ensino médio e deslocamento da oferta para cursos técnicos pós-médios e cursos superiores de tecnologia; d) redução da oferta de cursos regulares e gratuitos e ampliação da oferta de cursos extraordinários implicando na cobrança de taxas e mensalidades; e) prestação de serviços e aproximação a grupos empresariais (LIMA FILHO, *ibid*).

Sem entrar nos detalhes das implicações históricas desse processo para o debate atual, consideramos, no entanto, que aí está a gênese da reconfiguração identitária dos agentes e das instituições de EPT.

3.1 – Da dimensão política do debate

Com relação a este aspecto, devemos considerar que a discussão sobre os Institutos está ocorrendo numa conjuntura bastante diferente daquelas em que ocorreu a criação dos Cefets, particularmente no período da reforma da EPT levada a cabo pelo governo FHC. Enquanto no governo do líder tucano a educação profissional e tecnológica foi encarada como mero fator econômico, ficando, por conseguinte, subjugada às necessidades do mercado e do mundo dos negócios, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, essa modalidade da educação vem sendo considerada como fator estratégico não só para o desenvolvimento nacional, mas também para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros.

Tendo em vista a implementação de novas políticas para a EPT, o governo Lula teve de superar não só determinados obstáculos legais², assim com reverter a tendência anterior que levava o Estado a se afastar dos seus compromissos com essa modalidade de educação, favorecendo a sua privatização e exclusiva aproximação com o mercado.

Ao romper com o projeto do governo FHC, pois na verdade estamos diante da disputa de projetos para o país e a educação como um todo, o governo Lula passou a reconhecer o grande déficit da oferta da educação profissional e tecnológica e a exaltar sua importância para um desenvolvimento nacional soberano, sustentável e inclusivo. Reconheceu, igualmente, a necessidade de implementar políticas voltadas para as novas configurações do mundo do trabalho, para a reinserção dos desempregados e o desenvolvimento de programas integrados de escolarização e profissionalização, visando atender ao grande contingente de jovens e adultos sem alfabetização ou apenas com escolaridade parcial. Nessa ótica, o governo defende que o Estado volte a chamar para si as obrigações imprescindíveis à oferta de uma educação profissional e tecnológica pública e de qualidade, sem desconsiderar que, nesse percurso, precisa atuar de forma integrada, cooperativa, respeitosa e democrática com outros atores que têm indiscutivelmente grande responsabilidade quanto à concretização desse projeto. Mais ainda: Busca romper com a proposta anterior de uma escola dual e de uma EPT voltada para “adestrar as mãos e aguçar os olhos”, como diziam alguns críticos, ou, dito de outra forma, para formar um “cidadão produtivo” submisso e tão somente adaptado às necessidades do capital e do mercado.

Pensar em Universidade Tecnológica ou Instituto, do ponto de vista político, isto é, enquanto componentes de um projeto amplo de nação, significa definir um lugar nas disputas travadas no âmbito do Estado e da sociedade civil. Ao contrário do que apregoa o discurso hegemônico e o senso comum, as políticas públicas não são a simples tradução da boa vontade dos gestores em atender ao chamado bem comum. Para além disso, elas refletem a relação de forças presente na arena das disputas, tensões, contradições e ambigüidades que caracterizam as suas definições. Tensões e contradições que não têm apenas origem nos confrontos ideológicos ou de interesses explícitos, mas igualmente nas diferentes percepções e representações, produtos mentais que naturalizam o mundo para os indivíduos tenham esses consciência ou não.

² Fazemos referência particularmente ao decreto 2.208/97, à Medida Provisória 1.549/97 e à Portaria 646/97, medidas legais que estabeleciam a separação entre o ensino médio e profissionalizante; a Medida Provisória 1.549/97 que, em seu artigo 44, apontava a transferência de responsabilidade de manutenção e gestão do ensino técnico para os estados, municípios e o Distrito Federal, para o setor produtivo ou organizações não governamentais. A União, dessa forma, se eximia da responsabilidade sobre a expansão da rede técnica federal. (MANFREDI, 2002, p.294).

3.2 – Da dimensão simbólica da nova institucionalidade

Além dos aspectos já referidos, os Institutos precisam, antes de tudo, adquirir sentido para os agentes que compõem a rede. O processo de redefinição identitária em curso no âmbito dessa e que se espelha, desde o início, no modelo da instituição universitária deve ser compreendido, pelo menos, a partir de três elementos: a) dado o forte valor simbólico dessa instituição; b) dadas as relações que a rede mantém com a mesma; c) e o fato de os mestres e doutores, núcleo duro desse processo, terem sido formados (e modelados) por essa instituição. Todavia, defendemos: Se esse foi o ponto de partida, diferente deve ser o ponto de chegada. Acreditamos que, mesmo não tendo sido esta a intenção do decreto, isto é, de servir de catalisador para as redefinições identitárias da rede, o processo adquiriu, a partir de então, um novo ritmo. Este é, pois, o momento de darmos forma social e configuração jurídica à nova institucionalidade. Nessa direção, sugerimos alguns elementos para o debate e a ação:

- a) Embora tendo se espelhado sempre na instituição universitária, a rede precisa agora tomar consciência disso e buscar uma configuração própria (ou dar forma social própria) às particularidades que lhes distinguem do mundo acadêmico. Os Cefets não devem se transformar em universidades, desde que isto signifique reproduzir, no essencial, a configuração social e jurídica, a missão e práticas das instituições acadêmicas nacionais, modelo inadequado para uma rede de instituições historicamente comprometidas com a oferta de EPT a grupos e segmentos sociais com dificuldades de acesso e permanência nos sistemas formais de ensino e maior necessidade de engajamento imediato no mundo do trabalho e voltada para o desenvolvimento local e regional;
- b) A trajetória da rede, particularmente, desde a criação dos Cefets, com a oferta de cursos em nível de terceiro grau, a oferta de pós-graduação, formação de grupos de pesquisa, entre outras medidas afins, aproximou-a do campo científico nacional³, por conseguinte, levando-a a se submeter às normas e leis de funcionamento de um universo onde predominam as instituições acadêmicas. Se essa aproximação ocorreu como resultado do

³ Amparamo-nos aqui na conceituação construída por Pierre Bourdieu, conforme apresentamos, de forma resumida, em outro trabalho: “Para este autor, o campo científico é um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (produto de lutas anteriores), e um espaço social onde se desenvolvem as lutas simbólicas pela “autoridade científica”, ou seja, pela capacidade de falar e agir, de modo legítimo, em nome da ciência. (DOMINGOS SOBRINHO, M. In: FERNANDES, A.; GUIMARAES, F. R.; BRASILEIRO, M. C. E., 2002)

desenvolvimento das estratégias para dar visibilidade e afirmar a constituição de uma nova identidade dentro do campo científico, é chegada a hora de pôr em destaque as suas diferenças: “Uma identidade social se constrói e se afirma pela diferença”, como já ressaltava Bourdieu em sua obra clássica *La Distinction* (1979, p. 79), na qual apresenta uma leitura inédita e bastante criativa da estrutura social francesa. Assim, perguntamos: O que aproxima e distancia o pesquisador da rede do pesquisador acadêmico? Em que se diferenciam as práticas de pesquisa desenvolvidas na rede e no interior das IFES? As regras vigentes de apoio à pesquisa produzida no âmbito das IFES devem ser as mesmas para a rede? As formas de apoio ao estudante devem ser as mesmas? Precisamos de bolsas de iniciação científica na mesma medida em que precisamos de bolsas de inovação? Essas e outras questões, inclusive, estão sendo objeto de um dossiê que se encontra em construção pela Setec e o Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação do Conselho de Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET);

- c) A rede federal de EPT, além de sua missão social, criou condições para assumir um lugar de destaque no desenvolvimento tecnológico nacional, na medida em que, o aumento da qualificação do seu quadro de pessoal, a consolidação e ampliação dos seus grupos de pesquisa e a articulação com o mundo econômico, mas particularmente, regional e local, vem abrindo os espaços necessários à sua consolidação enquanto destacado produtor de pesquisa aplicada e inovações tecnológicas. Assim, a nova institucionalidade estimulada pela criação dos Institutos deve contribuir também para a superação do que costumamos chamar de “estigma de origem”, ou seja, um elemento do imaginário da rede cuja origem remonta ao início de sua fundação (1909), mas ainda presente nas representações sociais construídas por diferentes grupos sobre a educação profissional tecnológica, inclusive no meio acadêmico, segundo o qual a EPT deve se restringir a prover “os desfavorecidos da fortuna”, como sublinhava o Decreto 7566/09 que criou a rede de Escolas de Aprendizagem e Artífices (Apud CONCEFET, 2007). Mais modernamente, esse estigma se exprime através da proposta de manutenção de uma escola dual, na qual a EPT deve estar voltada para “adestrar as mãos e aguçar os olhos”, como já dissemos anteriormente.

A rede precisa, hoje, reivindicar a atenção e o apoio dos órgãos de fomento e do mundo produtivo para o seu lugar de ator imprescindível ao processo de desenvolvimento tecnológico e, principalmente, de importante parceiro das políticas sociais que visam à construção da cidadania para milhões de brasileiros e brasileiras.

Está aberto o debate que visa a dar estrutura e forma à nova institucionalidade. Começam a chegar à SETEC/MEC os documentos dos conselhos da rede (Concefet, Coneaf e Condetuf) cuja contribuição será inestimável para assegurar o caráter democrático das mudanças que virão. Qual a forma final? Que medidas adicionais deverão ser tomadas para consolidar o processo? Como serão absorvidas as particularidades características de nossa heterogeneidade regional? Que vençam o debate e a negociação elementos indispensáveis à consolidação democrática.

Referências

BOURDIEU, P. **La Distinction**. Paris: Ed. PUF, 1979.

CONSELHO DE DIRIGENTES DOS CENTROS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA – CONCEFET. **Manifestação do Concefet sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2007.

DOMINGOS SOBRINHO, M. **Intervenção no Simpósio Universidade e mundo do trabalho**. In: INEP/MEC. *Universidade e mundo do trabalho*. Brasília, 2006. Col. Educação Superior em debate; v. 3.

_____. **Campo científico e interdisciplinaridade**. In: FERNANDES, A.; GUIMARAES, F. R.; BRASILEIRO, M. C. E. (Org.). *O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação*. São Paulo: Ed. Biruta, 2002.

LIMA FILHO, D. L. A universidade tecnológica e sua relação com o ensino médio e a educação superior: discutindo a identidade e o futuro dos Cefets. In: LIMA FILHO, D. L.; TAVARES, A. G. (Org.) **Universidade Tecnológica: Concepções, limites e possibilidades**. Curitiba: SINDOCEFET – PR, 2006.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse: son image et son public**. Paris: PUF, 1967.